

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/ /

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

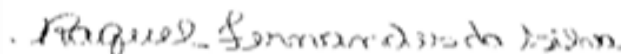
Ao(s) dezoito dia(s) do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às 19 horas e 15 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Elda Alvarenga (orientadora), Lívia Santos Brisolla (membro), Raquel Fernandes da Silva (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “ Nunca é tarde para (re)começar: alfabetização digital e inclusão social de jovens e adultos” da estudante Gabrielle Santos Lima, Matrícula nº 2019206001350080 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Orientador/Presidente da Banca



Lívia Santos Brisolla -Membro



Raquel Fernandes da Silva - Membro



Gabrielle Santos Lima - Acadêmico

“NUNCA É TARDE PARA (RE) COMEÇAR”: ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS E ADULTOS

Gabrielle Santos Lima¹

Prof.^a. Dr.^a. Elda Alvarenga²

RESUMO

A presença das tecnologias na atualidade, traz aos educadores novos desafios. Um deles é alfabetizar jovens e adultos utilizando recursos digitais, já que no Brasil ainda temos muitas limitações para a inserção das tecnologias nas escolas. Desta forma questionamos: como tem sido o processo de alfabetização digital de jovens e adultos que não tiveram acesso a escolarização formal? Como a EJA produz habilidades necessárias para a inclusão digital do seu público alvo? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar as tecnologias digitais como princípio na Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma investigação qualitativa, de cunho exploratório. Quanto aos instrumentos de coleta de dados classifica-se como uma pesquisa bibliográfica acerca da história, fundamentos e parâmetros legais que asseguram a EJA, a inclusão digital e social. Pretendemos contribuir para as discussões que envolvem a alfabetização digital na EJA ressaltando a necessidade de domínios pelos recursos tecnológicos através do docente, do aluno e no ambiente escolar. Um dos principais resultados apontados pela pesquisa é que o uso das TIC's como princípio didático em sala de aula, principalmente em escolas com poucos recursos e sem um profissional capacitado ou sem conhecimento, é um dos desafios ainda a ser vencido.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inclusão digital. Inclusão social

ABSTRACT

The presence of technologies today brings new challenges to educators. One of them is to teach young people and adults to read and write using digital resources, since in Brazil we still have many limitations for the insertion of technologies in schools. In this way, we ask: how has the digital literacy process been for young people and adults who did not have access to formal schooling? How does EJA produce the skills necessary for the digital inclusion of its target audience? Therefore, the objective of this work is to analyze digital technologies as a principle in Youth and Adult Education. This is a qualitative, exploratory investigation. As for the data collection instruments, it is classified as a bibliographic research about the history, foundations and legal parameters that ensure EJA, digital and social inclusion. We intend to contribute to the discussions that involve digital literacy in EJA, highlighting the need to master technological resources through the teacher, the student and in the school environment. One of the main results pointed out by the research is that the use of ICTs as a teaching principle in the classroom, especially in schools with few resources and without a trained professional or without knowledge, is one of the challenges still to be overcome.

Keywords: Information and Communication Technologies (ICTs). Youth and Adult Education (EJA). Digital inclusion. Social inclusion

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade á distancia pelo Instituto Federal Goiano Campus Campos Belos. E-mail: gabriellelimakk@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia; mestre e doutora em educação. Professora da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. E-mail: eldaalvarenga@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Quando analisamos a inclusão de jovens e adultos na sociedade, observamos a importância que tem pela sua experiência de vida. As tecnologias de informação e comunicação (Tic's) estão inseridas nas vidas dos jovens e adultos corriqueiramente, mas devidos a alterações cognitivas, visuais, auditivas e de movimentação, muitas vezes eles apresentam limitações ao lidar com elas. Além disso, Sales (2002) aponta que, muitas vezes essas pessoas são consideradas como inválidas e improdutivas.

As Tic's permitem que os jovens e adultos interajam mais e melhor no processo de ensino aprendizagem, pois permitem a aquisição de informações, vivências e o desenvolvimento de aptidões individuais com melhora na sua autoestima e auto realização. A atual geração de jovens e adultos encontram dificuldades para aprender uma nova linguagem tecnológica e em operar a mesma. Observamos que desde a realização de tarefas básicas, como operar caixas eletrônicos, até o manejo de aparelhos telefônicos. Talvez esta seja uma das razões que faz com que, muitas vezes, esse público opte por retornar à escola, na expectativa de se familiarizarem mais com o contexto em que vivem.

A inclusão digital é um tema bastante recorrente na sociedade globalizado. As necessidades que as pessoas sofrem pelos avanços tecnológicos, deixam muitos deles excluídos da sociedade em que vivem. Atualmente, entre outras formas de exclusão, deparamo-nos com os excluídos digitais não alfabetizados. Diante desse contexto, a problemática deste trabalho parte desta condição de excluídos e levanta questões sobre as condições de vida de pessoas não alfabetizadas em um mundo informatizado. Constantemente nos perguntamos: qual é a sensação de uma pessoa não alfabetizada diante de um caixa eletrônico ou de um caixa rápido? Em período eleitoral, como é para essas pessoas o uso da urna eletrônica? Que leitura faz uma pessoa não alfabetizado diante de um computador, no dia a dia, em seu espaço de trabalho?

A partir destas inquietações propomos o seguinte problema de pesquisa: como as tecnologias digitais se constituem como princípio didático na educação de jovens e adultos? Como a educação de jovens e adultos produz as habilidades necessárias para a inclusão digital do seu público alvo?

Movimentaram essa investigação três principais hipóteses. A primeira acredita que o uso das tecnologias de informação e comunicação (Tic's) ainda é pouco enfatizado na

Educação de Jovens e Adultos (EJA). No Brasil, em que o analfabetismo fica por “debaixo dos panos”, o alfabetismo digital e o uso das tecnologias nas práticas educativas ainda se constituem como um desafio.

A segunda hipótese assinala que o desconhecimento e as dificuldades no uso das tecnologias, geram algumas consequências objetivas na vida dos estudantes jovens e adultos: sentimento de inaptidão e medo do que pode acarretar evasão escolar, põe exemplo. É necessário que os professores de jovens e adultos tenham formação específica para lidar com as tecnologias educacionais. As mídias consideradas meios de informação e comunicação com eficiência e rapidez, reduzem às dificuldades de interação em seus diversos ambientes.

Também defendíamos que os profissionais da EJA, podem promover a prática educativa midiática e propor aos seus alunos uma integração com os temas que estão sendo abordados dentro da sala de aula e ainda desenvolver atividades capazes de reconduzir os alunos a uma nova função cognitiva do fazer, do para que fazer e do por que fazer, e com isso, potencializar o desenvolvimento de novas funções de linguagens. Deve-se considerar que os alunos da EJA são sujeitos que trabalham e que estudam, o que reforça a necessidade da inclusão digital, para que exerçam plenamente o direito à cidadania.

Para responder ao problema proposto, objetivamos de modo geral: analisar as tecnologias digitais como princípio didático na educação de jovens e adultos. De modo mais específico, propomos: refletir sobre a alfabetização digital no cotidiano da EJA; entender as finalidades da inclusão digital no processo de aquisição da cidadania ativa dos educandos; identificar os desafios para a inclusão digital de pessoas jovens e adultas e, contribuir teoricamente nas discussões sobre o uso dos recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem.

O ler e escrever são, hoje, atividades corriqueiras do dia-a-dia das sociedades consideradas civilizadas, por mais que ainda exista um número significativo de analfabetismo. A leitura e a escrita se revestem de simbolismo, como a porta de entrada para a cultura letrada e para a dimensão intelectual do ser humano. Ser analfabeto acarreta, portanto, uma conotação negativa que expressa, de certa forma, a impossibilidade, por razões socioeconômicas e culturais, do acesso à escola ou a dificuldade de melhorar na compreensão em adquirir o saber.

A opção por este tema faz parte das histórias contadas pelos meus avós e a trajetória de jovens e adultos ao participar um curso de extensão em alfabetização. Os estudantes apontavam evasão e abandono escolar relacionadas com as questões financeiras que os levaram ao trabalho infantil juvenil no campo, trabalhos domésticos e a gravidez. Em decorrência disto, a falta de familiarização com atual contexto tecnológico que vivemos.

A pesquisa é relevante à medida em que procura contribuir para a interação de pessoas não alfabetizadas, como jovens e adultos, em um cenário em que a era digital predomina. Segundo Kachar (2000) dominar o computador é um convite para ingressar no mundo moderno. Entrar nesse mundo, relacionar-se, acompanhar as novas gerações, ter seu espaço de comunicação e falar a mesma linguagem. Além disso, ainda tem a dificuldade em lidar com eletrodomésticos, celulares, os caixas eletrônicos etc. Bez, Pasqualotti e Passerino (2006, p. 3) afirmam que:

Esse novo universo de relações, comunicações e trânsito de informações pode se tornar mais um elemento de exclusão para o idoso, tirando-lhe a oportunidade de participar do presente, marginalizando-o e exilando-o no tempo da geração anterior, relegando à função social de memória, de passado. Para inserir-se na sociedade atual é preciso ter acesso à linguagem da Informática, dispondo dela para liberar-se do fardo de ser visto como um indivíduo ultrapassado e descontextualizado do mundo atual.

Numa perspectiva crítica da educação, e diante dos objetivos deste trabalho, cabe destacar que se busca o vínculo da inclusão digital e a inclusão social conforme enfocam Passos e Abreu (2011 p. 6 apud Likuza 2003) “a inclusão digital e a inclusão social são temas devidamente esclarecidos, como também não há conclusões provenientes de pesquisas dessa temática”. Portanto, algumas considerações se fazem pertinentes, como verifica-se que na perspectiva do acesso, a inclusão social advém de prover a comunidade dos meios necessários para que a população possa ter contato com as várias Tic’s, compreendendo suas aplicações

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CULTURA DIGITAL NA CONTEMPORANIEDADE

A popularização das tecnologias de informação e comunicação (Tic’s) recria as experiências na sociedade, proporcionando diferentes práticas sociais e meios de

comunicação, e isso contribui para a organização do cotidiano da vida urbana e seus espaços públicos. Araújo e Vilaça, apud Strey; Kapitanski, 2016, p. 31), em discussão com as tecnologias, destacam que:

Nunca se falou tanto em tecnologia como nas últimas décadas. Seu desenvolvimento tem permitido a existência não de uma nova ciência, mas de uma nova cultura. O progresso e as inovações tecnológicas provocam mudanças rápidas no modo de vida da sociedade, nas formas de educar e aprender, nas concepções de ensino e nas qualificações. Além de simples mudanças, essa chegada tecnológica tem se caracterizado como um fenômeno que muitas vezes, impõe à sociedade moderna hábitos e comportamentos diferentes, transformando a relação do ser humano com o outro, com o meio ambiente e consigo próprio (ARAÚJO; VILAÇA, apud STREY; KAPITANSKI, 2016, p. 31).

Atentando-se para as corriqueiras transformações que o mundo tem em sentido das descobertas ou das tecnologias, vivemos, pensamos, agimos e comunicamos de uma determinada forma. Menezes (2014, np) afirma que:

Já tivemos o tempo da máquina a vapor que contribuiu para acelerar o transporte e a produção na indústria. Houve o momento da prensa de Gutenberg com seus tipos móveis multiplicando as palavras em livros, jornais e revistas. O rádio e a televisão também tiveram seus momentos históricos na difusão do conhecimento e do entretenimento. E atualmente vivemos o tempo da internet, das redes computacionais, dos aplicativos na nuvem, das redes sociais, dos dispositivos móveis acessíveis, dos microprocessadores velozes, da virtualidade aumentada, da realidade aumentada e misturada, e de inúmeras pesquisas e projetos em andamento que em breve podem aparecer em nosso cotidiano.

Nessa premissa, Santaella (2003) adota uma divisão em seis eras culturais: a oral, escrita, impressa, de massas, das mídias e a cultura digital. A autora ressalta que o surgimento de uma não causa o desaparecimento das anteriores, mas, compreende mudanças no processo de interação social e cultural. Savazoni e Cohn afirmam que “[...] existe uma real carência de representação conceitual para os fenômenos surgidos no âmbito da cultura digital [...]” (2009. p. 10) e demonstram que ainda necessitamos de maiores investigações e análise em função disso.

Para adentrarmos, nesse contexto, faz -se necessária a significação de cultura na sua forma mais profunda. Ela dá vida a tudo que gira ao nosso redor. Diante dessa ação, é que o ser humano permitiu a novos avanços por aparatos tecnológicos que visou o surgimento dessa cultura digital. O ato de participarmos dessa nova era permite-nos estar sempre ao encontro de alguns elementos constituintes da cultura digital. Geralmente

quando estamos navegando pela internet, deparamo-nos muito com a palavra “compartilhar”, relacionada a “partilhar” e “repartir”. Tomando consciência disso, “compartilhar” no mundo virtual, tem a intenção de criar, na mentalidade de entrega das pessoas com os demais, ou seja, “compartilhamento” (DICIO, 2021, online) com eles. Isso remete as raízes com o socialismo, socialização de algo material ou imaterial.

Contudo, a cultura digital, traz qualidade de vida social e bem-estar para todos? Se nos apossarmos de dados quantitativos, a resposta seria negativa. De acordo com Nunes (2020, np) “[...] grande parte da humanidade passa fome, a violência é extraordinária, milhões de pessoas sofrem no mundo todo por causas que deveriam ter sido extirpadas há muito tempo e não foram, etc.”. O autor argumenta que a tecnologia pode nos iludir, isto é, podemos ter a impressão que os aparatos tecnológicos de informação e de comunicação promovem a “multiplicidade das informações e principalmente que os usuários avolumem suas faculdades cognitivas” (NUNES, 2020, np). Sendo assim, nesse capítulo vamos nos aprofundar dos debates existentes entre inclusão digital e inclusão social

O termo inclusão digital ainda provoca muitas contestações em torno do seu significado. Arrede (2005) defende que a inclusão digital teria a tecnologia em ligação com o ser humano e a informação na condição de potencial transformador na sociedade. Já para Silva e Jambeiro (2007), a inclusão digital está alicerçada em três elementos básicos: tecnologias da informação e comunicação, renda e educação. Nesse sentido, Pinheiro (2007) explica que:

Mesmo que se tenha renda, torna-se necessário associá-la a outro elemento que é a educação, pois de nada vale dispor de renda e equipamentos se não souber como ou até mesmo porque utilizar e acessar as tecnologias digitais. A inclusão ocorre quando o indivíduo deixa de exercer o papel passivo de consumidor de informações, bens e serviços, e passa a atuar como produtor de conhecimentos, bens e serviços (p. 3).

Araújo e Vilaça (2016) comentam que Paulo Zurkowski analisa o termo inclusão digital a partir de outros termos: competência informacional e infoinclusão, sob um documento recomendado ao governo, cujo motivo deveria disponibilizar para sua população o acesso ao uso das tecnologias disponíveis no mercado. Dessa forma, o conceito mais usual nos remete a “ampliar o uso das tecnologias da informação na transição para a sociedade da informação” (PINHEIRO, 2007, p. 3).

É notório, que as máquinas têm grande reconhecimento pelo mundo inteiro, e a informatização tende a dar o ritmo das relações sociais, em especial as trabalhistas. Nesse sentido, Amparo e Furlanetti (2011) apud Oliveira (2007) defendem que, por mais que a informatização beneficia o ser humano, como a troca de informações de forma rápida, a comunicação de qualquer lugar e agilidade, por exemplo, muitos ainda sofrem pelas consequências de se viver em um mundo letrado, sendo analfabeto. Os autores ainda complementam que “os indivíduos terão menos chance de entrar no mercado de trabalho em relação as pessoas que sabem utilizar os recursos digitais, porém não só nesse quesito, mas também em sua vida social” (AMPARO; FURLANATTI apud OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Demo complementa ao afirmar que “na sociedade informacional, a qual a apropriação e inclusão/exclusão de oportunidades e vantagens, as chances de cada pessoa e sociedade é amplamente influenciada pelo acesso tecnológico, em especial, ao mundo digital” (2007, p. 6). Isto posto, a inclusão digital que se assemelha a alfabetização digital, faz referência a “[...] alfabetização escolar no movimento de inclusão social, uma vez que a inclusão digital se relaciona a questão da cidadania, do direito à informação e o papel do estado” (CABEDA, 2008, p. 5).

Em contrapartida, a abordagem de questões que relacionam as desigualdades às tecnologias da informação (Tic's) seguem o mesmo padrão reducionista da exclusão social relacionada com o outro novo tipo de exclusão, a digital. Logo que, a exclusão social é uma condição para manutenção da sociedade capitalista, a adoção desse conceito não se faz em contradição a inclusão digital. Acrescenta-se ainda que “a tentativa de transformar a exclusão em uma categoria na discursividade de ser superada, tendo em vista que ela não consegue justificar todos os males sociais do nosso tempo” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2020 apud MARTINS, 2012, p. 145).

Assim, as autoras afirmam que “a exclusão não é o contrapondo da inclusão, pois ela se refere ao conjunto de dificuldades, aos modos e problemáticas de uma inclusão excludente” (apud MARTINS, 2012, p. 26). Desse modo, observamos que a uma atribuição social e cultural a favor das Tic's, que é imprescindível seu uso em todos os espaços, inclusive na escola, no desenvolvimento de competências digitais.

No presente momento da era tecnológica, os processos de expansão das tecnologias ainda são de difíceis percepções da humanidade. Quando realizamos uma operação no caixa eletrônico, seja ela, por apresentar várias funções como sacar, depositar, transferir, emitir extrato bancário, etc.; situações como essa, por mais simples e comuns que sejam, exigem o domínio de conhecimentos tecnológicos básicos,

Menezes (2001) nos lembra que em 1999 foi instituído um programa no Brasil, chamado *Sociedade da informação* ou SoInfo. Criado pelo governo federal e concebido a partir de um estudo “conduzido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). O programa fez parte do conjunto de projetos do Plano Plurianual 2000–2003 (PPA), com um aporte de recursos previsto de R\$ 3,4 bilhões, e é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)” (p. 1). O programa buscou “[...] integrar, coordenar e fomentar para utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade[...]” (TAKAHASHI, 2000, p. 10). Uma das metas do governo com esse programa, foi de diminuir o índice de exclusão digital, assim os autores relatam que,

[...] é certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar na exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar. (ALONSO; FERNEDA; SANTANA, 2010, p. 155, apud LEMOS, 2010).

Cabe dizer, que o domínio pela Tic’s, seria viável ao cidadão na geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, habilidades e criatividade. Todo esse processo de democratização de acesso e inserção na sociedade, é o que vem chamando de inclusão digital e social. Inclusão digital no sentido de promover conhecimento, aprendizado as pessoas em manipular as tecnologias sejam digitais ou não; e inclusão social, referida a participação ativa na sociedade. Conforme Oliveira e Silva (2016, p. 108), a infoinclusão diz respeito as múltiplas capacidades de uso da “informação unida a responsabilidade social no processo de manipulação dos conteúdos disponíveis na área de tecnologia de informação”. Os autores também problematizam que:

Não basta disponibilizar a informação, pois, para que haja inclusão, é necessário que os usuários estejam preparados, munidos de capacidade reflexiva e de síntese, de acordo com a necessidade de transformar a informação em uso. Além disso, o meio digital é o principal agente de tais informações e, quanto maior o número de excluídos a estas

informações, maior o *gap* entre os que têm acesso e os que não possuem condições de uso às redes informacionais. (OLIVERIA; SILVA, 2016 apud AUN 2001, 2007)

Nessa lógica, Coelho (2011, p. 84) ressalta que a todo momento o cidadão é desafiado pelas “tecnologias no sentido de conhecer e desenvolver novas habilidades e competências para trabalhar e lidar com elas”. É interessante ressaltar, que certas décadas atrás, as possibilidades de comunicação entre as pessoas bem mais reduzidas do que atualmente. Naquela época, para se ter uma conversa, seja de cidade, estado, países, tinha que investir uma boa quantidade em dinheiro para ter uma conta telefônica ou então, conseguir comprar um cartão que continha unidades para falar no telefone público. Mas hoje, com a rede mundial de comunicação e informação, a *internet*, os processos de comunicação foram muito facilitados, com mensagens vídeos, áudios e mensagens instantâneas. De fato, “disseminar a informação e o conhecimento através da inclusão digital, de modo eficiente e eficaz, promove a ampliação de oportunidades de trabalho, além do crescimento pessoal e social do cidadão” (PORTO, 2014, p. 299).

2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Para podermos entender melhor os contextos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, cumpre registrar que normalmente essa modalidade de ensino não é tratada pelo poder público de forma prioritária. Nesse sentido, compreende-se que é de suma importância, a reinvenção das práticas políticas pedagógicas em busca da construção de e uma educação transformadora e emancipadora, visto que: “Até hoje o desejo de aprender a ler e escrever palavras e textos que circulam em nossa sociedade que leva jovens e adultos analfabetos a irem/retornarem à escola, as salas de aulas de alfabetização” (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAIS, 2010, p.15).

O professor alfabetizador de jovens e adultos tem um papel de contribuir para a formação de cidadãos ativos. É importante considerar o educando jovens e adultos como um ser com a vida parcialmente conclusa, faltando-lhe a liberdade através das apreensões dos atuais conhecimentos. Schwartz (2010) constata que o professor nesse processo, tem que refletir sobre si, sobre que teorias seguir para instigar sua pratica educativa perante a formação dos alunos

Segundo Arroyo (2008), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem a história muito mais tensa referente ao contexto histórico da educação básica no Brasil. A EJA lida com alunos trabalhadores, pobres, negros, oprimidos e excluídos. É uma modalidade de ensino destinado a jovens, adultos e idosos que não tiveram educação na infância ou não deram prosseguimento ao estudo, ou seja, “não conseguiram alfabetizar-se ou obter-se os conhecimentos básicos necessários ao ensino regular” (PAIVA, 1973, p. 16).

Antes mesmo de se considerar uma modalidade, a educação de jovens e adultos surgiu no período colonial. Nesse período, as aulas para a população eram apenas de educação para doutrinação religiosa. Comandada pela Companhia de Jesus em 1549; os jesuítas tinham o objetivo de difundir o evangelho. Entretanto, ensinavam normas de comportamento, princípios morais e alguns ofícios denominada de pedagogia jesuítica por meio do livro *Radio Studiorum*. Com o passar do tempo, a ação educativa dos jesuítas foi ampliada para a classe dominante, composta pelos colonizadores e seus descendentes que predominava o ensino humanístico baseado na cultura europeia, diferentemente da maioria da população, que aprendia somente o ler e o escrever (SALGADO; BARBOSA, 2014).

Visando o ensino jesuítico desprovido de conhecimentos científicos, apenas na propagação da fé cristã, remeteu-se a ameaça que os jesuítas causavam para os colonizadores, quando eles começaram a perceber a “utilização de seus ensinamentos para domesticação e resiliência dos povos indígenas, a imposição do trabalho forçado pelo processo colonizador.” (NASCIMENTO, 2013, p. 15). Diante disso, em 1759, o Marques de Pombal agiu de forma rígida, expulsando os jesuítas do Brasil, período marcado pela Reforma Pombalina.

Com a chegada de D. Joao VI, o rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil, no período de 1808 a 1821, em que não houve nenhuma ação educativa do governo que viesse atender ao público jovem e adultos, somente membro das elites foram beneficiados. Após a independência, a primeira Constituição brasileira elaborada por D. Pedro I, possibilitou que todos os brasileiros em idade escolar, tivessem acesso a alfabetização. No artigo 179 constatava que a “instrução primaria era gratuita para todos os cidadãos”, mesmo que a instrução sendo gratuita, a classe pobre não se beneficiava, ou seja, nem todos tinham acesso a instrução. Nos séculos seguintes, discute que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de ensino (SOARES, 2004, p. 8).

Nos anos de 1930, sob os comandos do presidente da república, Getúlio Vargas. Através do golpe militar, tornou-se ditador e criou um novo regime militar chamado Estado Novo, com interesse de organizar a educação para atender as demandas do setor produtivo frente as consequências da Primeira Guerra Mundial. Assim, a Constituição de 1934, não teve êxito, que perdeu seu espaço para a Constituição de 1937, tirando a responsabilidade do Estado sob a educação, afirma Ghiraldelli Jr.:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (2008, p. 48).

A Constituição de 1937, tinha o objetivo de favorecer o Estado retirando sua responsabilidade e beneficiar o ensino profissionalizante, já que uma educação gratuita, tornava-se a sociedade mais suscetível ao invés de ocultar tudo. Frente a esse período de 1970, do regime militar, um dos pioneiros a favor da alfabetização para jovens e adultos e opositor a educação etilista; Paulo Freire, defendia uma educação libertadora e democrática, que partia das realidades e vivências dos educandos, concorda Aranha:

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra (1996, p. 209).

No mesmo período, outro movimento de educação de jovens e adultos, como princípio, erradicar o analfabetismo mundial e preencher a lacuna deixada pela extinção dos movimentos populares, surgia o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Por se assemelhar um pouco com o método de Paulo Freire, no foco de ler e escrever, distinguia-se em não instigar o senso crítico dos educandos e do diálogo, sua pretensão era formar sujeitos aptos a consumir e adaptador as novas formas de produção. Quanto ao Mobral, Bello aponta:

O projeto MOBREAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas (1993, p. 10).

Com o crescimento da industrialização, houve muitas migrações de pessoas da zona rural aos centros urbanos, em busca da qualidade de vida e com isso, trouxeram juntos a destreza frente a alfabetização, um ápice que permitiu os avanços das escolas para jovens e adultos. Tendo em vista o interesse político, a necessidade de aumentar a base eleitoral, também contribuiu para o aparecimento de novas escolas, pois o voto era apenas destinado a homens alfabetizados. Com isso, o governo lançou na década de 40, uma campanha de alfabetização em três meses, que propunha instruir educadores, políticos e sociedade em geral. Ao finalizar essa campanha, Paulo Freire tornou-se e responsável por outra, que por motivo do golpe militar, o seu trabalho foi uma ameaça ao regime, uma vez que, a EJA voltou a ser dirigida novamente pelo Mobral.

Conforme Nascimento (2013), logo depois o ensino supletivo foi implantado com a lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 5692/71, com um capítulo dedicado especificamente a EJA. Em 1974, o Ministério da Educação (MEC), implantou Centros de Estudos Supletivos (CES), que tais tinham influencia pelo tecnicismo devido a situação da política naquele momento. Entretanto, em 1985, o MOBREAL foi extinto, em meio as várias críticas da sociedade quantos aos resultados obtidos. A Fundação Educar fluiu, pois apoiava tecnicamente e financeiramente a alfabetização da EJA.

Logo depois, com a Constituição de 1988, o Estado ampliou o seu dever com a educação de jovens e adultos, sugerido no Artigo 208 da Constituição “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Somente na década de 90, ocorreram melhorias mais significativas na EJA. O governo, em parcerias com as ONG's (Organização não governamentais), municípios, universidades, grupos

informais, populares, fóruns estaduais e nacionais, se engajaram. E partir de 1997, que a história da EJA começa a ser registrada e qualificada como “Boletim da Ação educativa”.

Nascimento (2013) ressalta que o conceito de educação de jovens e adultos vai ser retratando na direção da educação popular quando começa a ser fazer exigência o fazer científico e a sensibilidade dos educadores. “Um das dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores de que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular” (NASCIMENTO, 2013, p. 19, apud GADOTTI, 2003).

Quando se reflete sobre as práticas pedagógicas e suas implicações curriculares, é fundamental atentarmos para os saberes e fazeres que são verbalizados pelo grupo com o qual estamos envolvidos. Segundo Garcia e Silva (2018) quando os professores ficam atentos às vivências e experiências do educando, contribui para que este faça não apenas a leitura das palavras, mas também, a leitura de mundo; e essa tal leitura, pode muitas vezes não se encaixar nas matrizes ou diretrizes curriculares ou em nossas práticas pedagógicas, no entanto, isso não significa que a deixamos sem alternativa. Uma vez que, isso de constitui em um dos motivos de evasão escolar; ao material didático, a abordagem é o conteúdo não estão adequados a diversidade vigente em sala de aula.

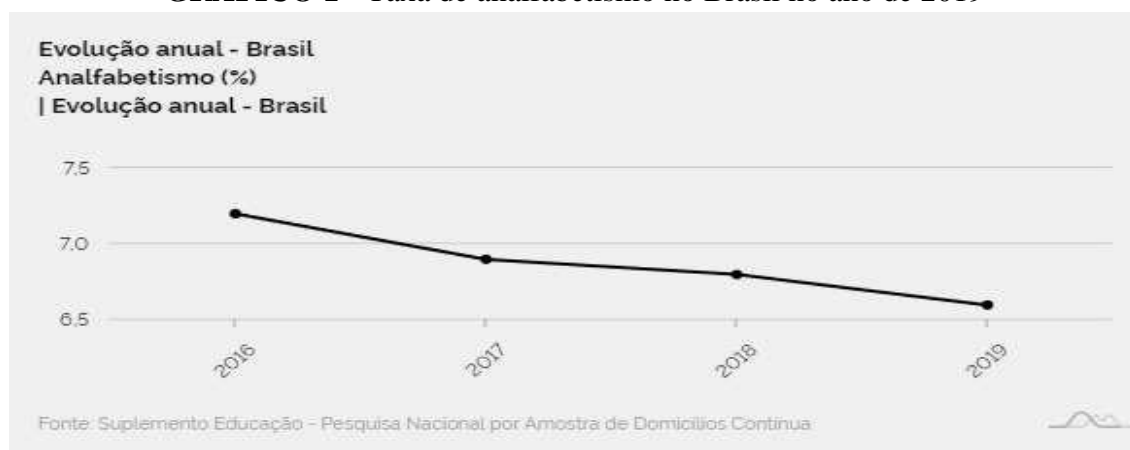
Para compor um currículo na educação de jovens e adultos, é preciso considerar os alunos como sujeitos ativos e que possuem singularidades culturais, políticas, raciais, etárias, religiosas e de gênero; que vão transformando e adaptando, constituindo em outras subjetividades na interação com o próximo. Essa diversidade presente na EJA, de problematizações, faz com que ela seja um campo profícuo de pesquisas e estudos advindas das diferenças entre educandos, educadores e os currículos.

Durante tempos, a sociedade conceituou a EJA, como educação de pessoas que não tiveram oportunidade de estudo, ou seja, analfabetos. No entanto sabe-se que a realidade encontrada na EJA é outra. O perfil dos alunos e alunas da educação de jovens e adultos, têm uma visão de mundo diferentemente de quem inicia aos estudos. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos de várias classes sociais tanto da zona rural quanto da urbana.

Outrora o IBGE (2019), na última pesquisa realizada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios) e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística) revela que a taxa de analfabetismo passou de 6,8%, em 2018, para 6,6% em 2019 conforme Gráfico 1. Apesar da queda que representa em torno de 200 mil pessoas, o Brasil tem ainda 11 milhões de analfabetos. A analista Adriana Bering apud IBGE (2019) acrescenta ainda que é uma taxa quem vem baixando ao longo do tempo, em 2016 por exemplo, a taxa baixou para 7,2%. Acentua ainda, que o analfabetismo está mais concentrado entre as pessoas mais velhas, uma vez que os jovens são mais escolarizados e, portanto, vão registrar indicador menor.

GRÁFICO 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil no ano de 2019



Fonte: IBGE (2019).

Segundo Arroyo (2010) esses dados permitem refletirmos sobre o fenômeno estudo e produzir significativos quanto as práticas impostas na EJA numa perspectiva de pluralidade. As vergonhas das desigualdades educacionais quando divulgadas pela mídia, apontam para nossas manchas, atrasos, subdesenvolvimento e o reconhecimento que o Estado próprio identifica “[...] sonhos de reduzir as desigualdades que estão distantes.” (p. 1391). Para compreender a heterogeneidade composta da EJA e as práticas, devemos levar em consideração a importância da diversidade nas políticas educacionais. Perante o exposto, constitui a diversidade o que é construído ao longo da história e los sociáveis. Nesse sentido, Gomes defende que:

[...] pensar a relação entre o eu e o outro. Aí está o encantamento da discussão sobre a diversidade. Ao considerarmos o outro, o diferente, não deixamos de focar a atenção sobre o nosso grupo, a nossa história, o nosso povo. Ou seja, falamos o tempo inteiro em semelhanças e diferenças (2003, p. 72).

No documento preparatório da VI CONFINTEA, fruto do profícuo debate sobre a “Educação ao longo da vida”, registra que:

Pensar sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade. A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar e agir que se enfrentam (BRASIL, 2009, p. 28).

Os sujeitos precisam se reencontrar com a educação; ressignificá-la e principalmente acreditarem em si próprio, enquanto agentes de transformação, que o sonho seja restituído. Para Freire essa educação deveria “corresponder à formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (2011, p.193).

Em contrapartida, falar sobre currículo é tratar sobre questões referentes ao que ensina na escola. Um currículo que esteja pautado na cultura dos sujeitos demanda um novo parecer dos mediadores sobre expressões culturais dos educandos. Entretanto, as propostas curriculares para EJA dominam de uma parte abrangente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tal como para o ensino regular. Porém, este currículo deve desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os alunos interpretar criticamente a realidade que vivem e inserir-se nela de forma participativa e consciente.

A diversidade pautada no âmbito educacional da EJA, precisa dispor de práticas pedagógicas e emancipadoras no ensino e aprendizagem, uma vez que estar-se tratando da realidade só educandos. Repensar no currículo, seria relacionar por diferentes concepções de sociedade, poderes, verdades e governabilidades vinculadas à sociedade e à educação. Entretanto para colocar em prática os direcionamentos no ensino da EJA, é preciso conhecer o seu público alvo e entender que a práxis não deva ser infantilizado e redirecionado a qualquer aluno. Villar e Anjos (2014, p. 87-88) enfatizam que “a ideia é desenvolver um currículo orientado culturalmente, que valorize o potencial humano e desenvolva as dimensões omnilaterais dos sujeitos da EJA”. Os autores afirmam que existem algumas implicações que giram em torno do currículo na EJA, como:

(1) A carga horária das disciplinas deve ser mais bem distribuída. (2) A avaliação dos conteúdos deve ser mais flexível. (3) A seleção dos conteúdos deve partir da realidade dos alunos e da intenção de preparar para o mundo do trabalho. (4) . As atividades devem ser feitas em sala de aula (VILLAR; ANJOS, 2014, p. 88).

Todavia, essas indicações são necessárias, mas as mudanças curriculares não precisam partir necessariamente da organização que envolvem, isto é, é preciso uma reflexão mais profunda das concepções sobre a escola, sobre os sujeitos da EJA e sobre as intencionalidades educativas da instituição escolar. Um dos caminhos, a ser traçado seria tornar o currículo não tão descontextualizado, mas que fosse o mais próximo a assimilação de saberes. Seria medir outras abordagens que objetivam prover subjetividades na EJA no encontro com as condições pessoais e suas aptidões, para uma relação consigo mesmo. Segundo Arroyo (2010, p. 23), o currículo deve se configurar como “horizonte de liberdade e emancipação”. Consideramos que:

Um bom currículo se alicerçado em um bom planejamento de ensino pode ajudar na tarefa de ensinar. Nessa tarefa, atividades apoiadas em uma abordagem dialógica, crítica e reflexiva pode estimular a expressão da subjetividade do aluno e trazer à tona o material mais precioso no qual devemos debruçar para desenvolver o trabalho de ensino - a vida do aluno com todas as suas intrincadas relações (VILLAR; ANJOS, 2014, p. 95).

Portanto, a EJA deve propiciar práticas fluidas e flexíveis cujo passado e tradição devem ser desconstruídos.

2.3. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CONTEXTO DA EJA

Baseando -se nas experiências da educação popular, a EJA assumiu o papel de construir a identidade dos seus sujeitos, a desenvolverem o pensamento crítico-político para modificar sua realidade de excluídos sociais. Esses sujeitos são bombardeados desde sua casa à rua, quanto ao uso das tecnologias que passam, de alguma forma, interagir nas mais diversas situações cotidianas. Considerando o perfil da população atendida pela EJA, repensar e replanejar essa modalidade é essencial aos que a ela recorrem. Valente (2002) afirma que as tecnologias podem “revolucionar as abordagens educacionais tradicionais; ou ser utilizadas para complementar ou subsidiar os processos de transmissão de informação que ainda persistem na grande maioria das escolas” (p. 132). Já Nascimento et al diz que:

É importante que a escola e o currículo considerem os nossos alunos da EJA como sujeitos trabalhadores que estudam, havendo uma necessidade imperiosa de sua inclusão digital, para que possam exercer plenamente o direito à cidadania. Existe uma forte relação entre o currículo, a sociedade e o trabalho. O currículo não deve apenas ser uma lista de conteúdo; ele deve cumprir a função valorizar o contexto, os conhecimentos e as experiências dos jovens e adultos, nos quais a inclusão digital se faz necessária na conexão entre educação e trabalho (2015, p.10).

Portanto, é justamente nas Tic's que pode haver os subsídios para o combate ao analfabetismo tanto escrito como digital por intermédio da utilização dos professores. Os aparatos tecnológicos como televisão, celular, computador, internet etc., podem trazer mudanças no processo de ensino-aprendizagem, pois são recursos que podem ajudar aos jovens e adultos a ter competências pelo ângulo de escrita, leitura e digitalismo.

A Era digital reinventou o ensino e o aprendizado. Já foi o tempo em que os métodos de ensino consistiam somente em anotações em quadros negros e material didático impresso. As Tic's na educação já são uma realidade nas salas de aulas e as instituições de ensino devem estar familiarizados com essa tendência.

Deve-se ressaltar, no entanto que a utilização das Tic's na educação trouxe algumas dificuldades e conflitos de adaptação que devem ser contornados, como, por exemplo, a utilização de ferramentas que perdem a relevância rapidamente. Nesse sentido, a escola deveria lançar mão de tecnologias que tenham maior inovação como as bibliotecas digitais. Outro desafio é a conquista pelos interesses dos alunos. Os docentes têm que buscar alternativas inovadoras no ato de lecionar; é preciso também uma infraestrutura, tanto quanto ferramentas tecnológicas para a educação onde evolução da mesma alterou substancialmente as relações sociais. Os dispositivos eletrônicos estão sendo usados cada vez mais no processo de interação entre as pessoas e dessa forma, com o mundo também, e dessa forma Santaella afirma:

A introdução de laboratórios de informática em 80,6% das escolas públicas brasileiras é uma evidencia da preocupação do governo com a inclusão digital. Apesar do interesse dos alunos pelas tecnologias e dos esforços estatais em promover a informática educativa, ainda existe muita dificuldade em incorporar as Tic's a pratica pedagógica (SANTAELLA, 2010, apud PASSERO et al, 2016, p. 1-2).

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (WEST; VOSLOO, 2013), formulou uma guia online com 13

motivos convincentes para que se adote as tecnologias móveis como auxiliar em sala de aula. O uso de celulares, tablets, por exemplo, como ferramenta de aprendizado, otimizam o tempo da aula, influenciam na mobilidade de aprendizado, na troca de dicas e de experiências de educandos e educadores na personalização dos conteúdos aprendidos e nos feedbacks e avaliações imediatas. Essa aprendizagem tecnológica defendida pela Unesco, se justifica em:

(1)Expandir o alcance e a equidade da educação, (2)Facilitar a aprendizagem individualizada, (3) Fornecer retorno e avaliação imediatos, (4)Permitir a aprendizagem a qualquer hora, em qualquer lugar, (5)Assegurar o uso produtivo do tempo em sala de aula, (6) Criar novas comunidades de estudantes, (7) Apoiar a aprendizagem fora da sala de aula, (8) Potencializar a aprendizagem sem solução de continuidade, (9) Criar uma ponte entre a aprendizagem formal e a não formal, (10) Minimizar a interrupção educacional em áreas de conflito e desastre, (11)Auxiliar estudantes com deficiências, (12)Melhorar a comunicação e a administração, (13)Melhorar a relação custo-eficiência (WEST; VOSLOO, 2013, p. 11-31).

Contraditoriamente, muitas escolas brasileiras proíbem o uso dos aparatos tecnológicos na sala causando insatisfação dos educandos e isolamento ao mundo digital. Cabe dizer que esses recursos, utilizados muitas vezes pelos alunos sem consentimento do professor, viabilizam ações como “agendar suas tarefas, consultas dicionários, pesquisar sobre temas que aprendem em aula, registrar lousas e quadros de aviso por meio de imagens, trocar informações com colegas e até mesmo praticarem outras línguas” (ANTÔNIO, 2014, p. 4).

Felizmente, segundo a pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil retratada em Barbosa (2014), 96% dos professores de escolas públicas já usam recursos da internet no preparo de suas aulas e que o modelo tradicional de educação não se aplica tanto assim mais na Era digital. Contudo além de um professor atualizado, a prática pedagógica também precisa ser repensada constantemente. A informação está disponível na internet e os alunos não dependem tanto assim do professor para obtê-la, porém a sua presença é significativamente fundamental. Os alunos a frente da digitalização são seres famintos por informações dinâmicas e diversificadas que acabam por desafiar o tradicional ensino centrado no professor. Tapscott (2010) propõe que para que ocorra uma prática pedagógica próspera e ambiente de aprendizagem é preciso valorizar as oito normas da “Geração Internet”:

- A liberdade de local de trabalho, o trabalho como a própria vida, a investigação dos valores organizacionais, a cobrança de integridade por parte da conduta empresarial, o trabalho em equipe, a diversão, a velocidade nas ações e a permanente inovação (p. 332).

Além do mais, também é preciso estabelecer mudanças quanto às formas de utilização dos meios tecnológicos para potencializar o aprendizado. Woessmann e Fuchs (2004) afirmam que a presença do computador no rendimento escolar pode ter uma influência negativa, porém se usado moderadamente, os efeitos negativos na capacidade cognitiva podem ser contornados. Acrescenta ainda que quanto mais pobre o aluno, maior a influência do computador no seu rendimento educacional. No entanto, é evidente a possibilidade do uso adequado do computador na melhoria do aprendizado. Nesse sentido, abolir o computador e outros recursos tecnológicos que tem um uso positivo na educação é inviável pois estes estão presentes nas escolas, nas bibliotecas, nas casas dos amigos, nos seus próprios lares e etc.

A incorporação das Tic's nos sistemas educacionais é um trabalho em andamento. Sugere-se para trabalho futuros: avaliar a implementação das abordagens pedagógicas apresentadas; estabelecer meios seguros de uso de Tic's dentro e fora da escola, estudar o uso do celular dentro da sala de aula, e avaliar o impacto da proposta de regulação do uso de computador por crianças e jovens na vida escolar (PASSERO et al, 2016, p. 7).

Portanto, o uso crescente da tecnologia em geral, diversifica as metodologias e estratégias de ensino, tornando-se indispensável nas práticas pedagógicas voltadas para a realização de um trabalho com novos paradigmas educativos e dispositivos educacionais sendo ainda um desafio para muitos educadores. Enfatiza-se por fim, que a tecnologia não se reduz ao uso dos meios ou equipamentos, mas vai além destes para se tornar mediador entre aluno e mundo, mecanismos pelo quais o aluno se apropria do saber e constrói seu próprio conhecimento.

Segundo Coelho (2011) a discussão em torno do papel da educação e da escola na constituição da cidadania ativa tem sido alvo de reflexões por que vem passando a estrutura da sociedade desde o século XX e de forma mais intensa no século XXI, por conta das tecnologias digitais. A sociedade em si, clama por uma educação de qualidade que de conta da conjuntura em formar o sujeito contemporâneo. Ramal (2002) afirma que “os conhecimentos anteriores são modificados, revistos, fundem-se com outros ou simplesmente tornam-se ultrapassados” (p. 1-2), ou seja, na atual conjuntura social,

política e economia, mudam não só as formas de construção do conhecimento como também o ritmo e dinâmica com que eles são transformados ou reconfigurados.

Esse processo de tecno-informatização ascendeu todos os setores e serviços, com uma veloz reconfiguração das rotinas dos espaços da sociedade. Tal circunstância contribuem para a expansão de novos comportamentos, formas de se relacionar, trabalhar, comunicar, adquirir conhecimento, afetando possivelmente o Estado e conseqüentemente gerando novas demandas a educação, no sentido de que continuem a cumprir seu papel com qualidade. Sendo assim, a escola é desafiada a revisar suas formas de atuação e ampliar a natureza de suas atividades. Contudo, precisamos lembrar que na sociedade tecnológica a uma diversidade de pessoas que não tem acesso, pelos mais variados motivos, ou não sabem ao menos manuseá-las, e há ainda aqueles que não fazem ao mínimo o que essas tecnologias proporcionam ou podem proporcionar na aprendizagem, serviços, diversão, informação, comunicação, etc.

Como discutido anteriormente, a educação é um dos meios pelo qual se constrói uma sociedade mais democrática, com menos desigualdade em efetivar o ser humano a atuar na sociedade. Para tal, a escola deve incorporar novos delineamentos organizacionais, novos recursos, métodos e novas ferramentas (SCHWARTZMAN, 2004). Somente assim, educação na construção de cidadãos efetiva a construção da sociedade contemporânea. O aluno da EJA está inserido no contexto da Era digital e Coelho (2011) sintetiza que é preciso:

[...] desenvolver habilidades e competências que o preparem para exercer um papel participativo nessa sociedade no exercício de sua cidadania. Uma educação de qualidade é o meio e a oportunidade para que ele ressignifique a sua história e tenha a possibilidade de interagir, conhecer, construir conhecimentos por meio de infinitas possibilidades da cultura digital, aumentando seu potencial de leitura e de reescrita de sua própria história (p.68)

Pensando na educação e na cultural digital como caminhos possíveis em exercer a cidadania e democracia as tecnologias de informação e comunicação tem impresso formas de inclusão para a sociedade. Contudo, para que o conhecimento ocorra de forma eficaz, é preciso que o cidadão se alfabetize enquanto habilidade indispensável. Em face dessa premissa e dos apelos do nosso mundo, o que significa ensinar a ler e escrever? Que

alfabetização neste contexto atual, queremos? Como a aprendizagem pode se relacionar com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)?

A escrita e a leitura são duas habilidades mais legitimadas como importantes para participação e sobrevivência na sociedade contemporânea. Em qualquer ambiente existe uma situação a ser lida ou escrita, e os modelos sociais, políticos e econômicos, acabaram por intensificarem a necessidade de se saber as habilidades específicas para participação da vida pública, como também manter relação com os próximos. A exigência em dominar essas habilidades nem sempre fez partes da vida das pessoas a partir do século XIX que começou a usabilidade e nível de exigência dessas habilidades por conta das invenções, revoluções políticas, economias e culturais. Coelho (2011, p. 69) afirma que “cada período da história, a escrita e a leitura tiveram uma gama de sentidos e significados que foram transformando-se de acordo com as exigências e passagens desses períodos”. Em consequência dessas diferentes práticas, a incorporação da alfabetização esteve associada as novas tecnologias próprias de tempos de lugares, isto é:

Quando a alfabetização é compreendida como uma aprendizagem estritamente vinculada ao sistema da língua escrita, o ensino tem como meta a conquista de habilidades ou competências de leitura e escrita. Para aqueles que superam as dimensões restritas do codificar e decodificar, isso significa também investir nos modos como o sujeito se relaciona com seu mundo. Sem necessariamente descartar esse entendimento, a compreensão do termo alfabetização pode se estender para áreas específicas do universo letrado, justificando o aparecimento de termos específicos como “alfabetização literária” e “alfabetização gramatical”. (...)finalmente, extrapolando a esfera da língua propriamente dita, o termo acaba também por designar aprendizagens básicas em outros campos do conhecimento, dando origem a novos conceitos: alfabetização matemática, alfabetização cartográfica, alfabetização musical e alfabetização científica. Em face dessa pluralidade de usos, corremos o risco de perder a especificidade do que é alfabetização e, além disso, não ter clareza sobre o que deveria ser a aprendizagem básica em diferentes áreas (COLLELO, 2016, p. 6).

Uma dimensão específica diante deste contexto contemporâneo, diz respeito também entre alfabetização ou alfabetização digital, isto é, ensinar a ler e escrever em um mundo onde crescem tecnologias de informação e comunicação. Sob essa ótica:

Falar em ‘alfabetização digital’ equivale a postular que, assim como nas sociedades letradas é necessário ter um domínio funcional das tecnologias de leitura e escrita para ter acesso ao conhecimento, na SI (Sociedade da informação) é imprescindível ter um domínio das tecnologias digitais da comunicação e da informação – incluídas, é

claro, as tecnologias digitais de leitura e escrita. Em outras palavras, falar em “alfabetização digital” supõe aceitar, com todas as suas consequências, que as aprendizagens relacionadas com o domínio e manejo das TIC são básicas na SI no mesmo sentido em que já o são as aprendizagens relacionadas ao domínio da leitura e da escrita nas sociedades letradas (COLL; ILLERA, 2010 apud COLLELO, 2016, p. 7).

Com base nisso, suponhamos que o computador se configura como um recurso privilegiado no processo de aprendizagem na medida em que ele pode intensificar o processo cognitivo, justificando não só no plano de ensino, mas também dos apelos do mundo, frente aos quais, quem o utiliza. Porém:

Focamos a alfabetização como um conjunto de práticas socialmente organizadas que fazem uso de um sistema de símbolos e de uma tecnologia para produzi-los e disseminá-los. A alfabetização não é simplesmente saber como ler e escrever um texto determinado, mas a aplicação deste conhecimento para propósitos específicos. A natureza dessas práticas, incluindo, é claro, seus aspectos tecnológicos, determinará os tipos de habilidades associadas à alfabetização (SCRIBNER; COLE, 1981 apud COLLELO, 2011, p. 8).

Dessa forma, a metodologia para a alfabetização digital deve consistir no planejamento pedagógico, a pluralidade de metodologias conhecidas e modalidades presencial e a distância que envolvem as diversas técnicas, até a necessária autonomia para o trabalho com as pessoas. A necessária ampliação das TIC's quanto a educação de jovens e adultos poderiam diminuir obstáculos existentes que refletem na sociedade atual. O desafio seria de proporcionar aos seus alunos a possibilidade de utilizar-se das linguagens modernas para produzir conhecimentos. “O agir pedagógico da nossa realidade necessita da liberdade dos paradigmas do passado, para viver as verdades e as realidades do presente (COQUEIJO, 2014, p. 27). A autora ainda sintetiza que a escola precisa problematizar, desafiar e agregar conhecimentos, a fim de formar indivíduos pensantes, superando o modelo tradicional de ensino.

Partindo do pressuposto de que a sociedade tecno-informacional veio para ficar, a escola precisa integrar novas ferramentas como: computadores, internet, tablets, etc. Devem se compreender as mudanças e feitos que a tecnologia produz no meio escolar e associa-las as transformações ocorridas nos aprendizados e no mercado de trabalho para os alunos da EJA. Pois afinal de contas, nunca é tarde para (re) começar, e sempre cedo

para começar a viver, “não importa a sua idade, o que interessa e a sua vontade” (MAGALHAES, 2016).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Marconi e Lakatos (2007, p. 17), afirmam que a metodologia da pesquisa surge da “tomada de decisão fundamentada naquilo que se afigura como logico, racional, eficiente e eficaz”. Para os autores definem que os procedimentos metodológicos:

Constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular (2019, p. 106)

Quanto a natureza do problema, a pesquisa a ser realizada é de caráter qualitativo. Localizada no campo das Ciências sociais, pois objetiva produzir conhecimento sobre a realidade social. Por ser uma pesquisa menos estruturada, digo, por buscar aprofundar em um tema e assim obter suas informações, ideias, de forma detalhada, a relação entre estudo e pesquisador é mais longo e flexível, a ponto de as informações serem amplas, relativas e rica em detalhes. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa qualitativa centra-se na compreensão e nas relações sociais, aspectos que não podem ser quantificados. Minayo (2001) afirma que é tipo de investigação corresponde a um “espaço mais profundo das relações sociais, dos processos e nos fenômenos” (p. 22). Gil ainda acrescenta que o pesquisador analisa de forma indutiva, ou seja, age mentalmente partindo de dados particulares (2002).

Em relação aos objetivos da pesquisa, classifica-se como de cunho exploratório. Para Gil:

Muitas vezes, as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final, deste processo para a ser um problema mais esclarecido, possível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (2008, p. 27).

O trabalho voltado para esse cunho, desenvolvem hipóteses familiarizados que no mais tardar, contribuem para uma pesquisa mais precisa. Por fim, quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de consulta e análise de obras específicas da área tais como artigos científicos, teses,

dissertações, livros, dentre outros. A pesquisa de caráter bibliográfico é primordial na pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo.

3.1. BASES DE DADOS PARA BUSCA DAS OBRAS

No desenvolvimento da pesquisa estão sendo divididas em várias etapas, porém a revisão teórica foi o tópico chave para as consultas em bibliotecas virtuais bem como, o encontro de textos dissertativos, livros e amostras gratuitas de trabalhos acadêmicos.

Avista disso, por se tratar de um tema relevante e moderno, a busca por material está sendo definida por trabalhos com menos tempo de publicação, no caso no ano de 2000 a diante. As palavras-chaves que serviram como referência são: Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusão digital e inclusão social. Dessa forma, os portais inseridos na esquematização do projeto foram Google e SciELO.

Neste ponto de análise das obras, configura-se em destacar que se faz importante e elencar o que se faz sentido. Os critérios de inclusão adotados foram:

- Tempo de publicação do ano 2000 a diante;
- Definições e características sobre a educação de jovens e adultos;
- As Tecnologias da informação e comunicação (tic's) no âmbito da educação;
- Tic's e cidadania.

Em contrapartida, os critérios de exclusão dos projetos foram:

- Inclusão digital de jovens e adultos fora da premissa educação/alfabetismo;
- As Tic's no contexto específico, exemplos: *Softwares*, *Hardwares*, periféricos de entrada e saída.

A coleta de dados foi realizada em periódicos publicados, da compreensão e exposição dos fatores pertinentes ao tema escolhido. Essas técnicas de coleta são consideradas um “conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são também habilidades para usar esses preceitos ou normas na obtenção de seus propósitos” (LAKATOS, 2008).

O trabalho por se tratar de pesquisa bibliográfica exploratória, faz jus a dados elencados a materiais como artigo, dissertações, livros e monografias, em que visou o tratamento do máximo de dados possíveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 LEVANTAMENTO E CATEGORIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

Com a realização da coleta de dados, foi feita uma análise sobre todo referencial teórico, resultando no desenvolvimento desta parte do texto. Inicialmente, foram realizados leituras e estudos sobre conceitos de alfabetização digital, inclusão e exclusão digital. Buscamos relacionar a relevância destes para a inclusão social de pessoas jovens e adultos e sobre as possibilidades que as Tic's podem oferecer para uma educação diferenciada e emancipadora.

A leitura dos materiais coletados iniciou-se em agosto de 2021 e se entendeu até o mês de março de 2022. Em paralelo com a investigação deste estudo em 2021, os textos consultados começaram a ser classificados e categorizados de acordo com o assunto que embasam. A princípio, as obras correlacionam muito com os temas das “tecnologias” e “educação” pelo meio de pesquisa bibliográficas e estudos de casos. A busca de dados culminou-se em plataformas como Google e Scielo apresentados anteriormente na seção 3.2 (Base de dados para buscas das obras). A pesquisa aconteceu por meio dos buscadores: “Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC’s”, “Educação de jovens e adultos – EJA”, “inclusão digital e “inclusão social” durante o período de agosto a dezembro de 2021.

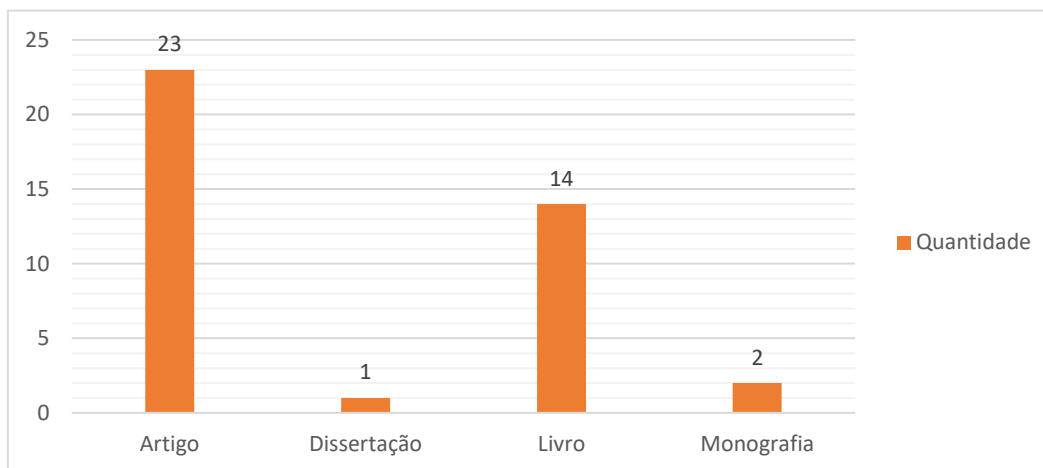
Foram encontradas muitas obras relacionadas aos buscadores, porém com uma discussão um pouco vaga em relação ao tema. Observamos obras que continham os quatro buscadores. As vezes os conteúdos interagiam e outras não apresentavam vínculo. Contudo, foi preciso um levantamento de forma minuciosa quanto a análise dessas obras.

A partir da análise dos dados, foram selecionadas somente obras que apresentavam uma pesquisa de cunho bibliográfico, já que trata do mesmo interesse desta pesquisa e alguns estudos de casos que apresentavam reflexões pertinentes.

No segundo momento, a escolha das obras a partir dos buscadores, selecionamos os títulos que estabeleciam maior relação com o tema da pesquisa e que os resumos demonstram mais proximidade com o problema e os objetivos da pesquisa e que dialogavam, de alguma forma, com referencial teórico utilizado. Deve-se considerar que muitas destas obras, foram reutilizadas em mais de um capítulo, pela diversidade de assuntos que abordavam e pelos buscadores serem visivelmente associados em uma única

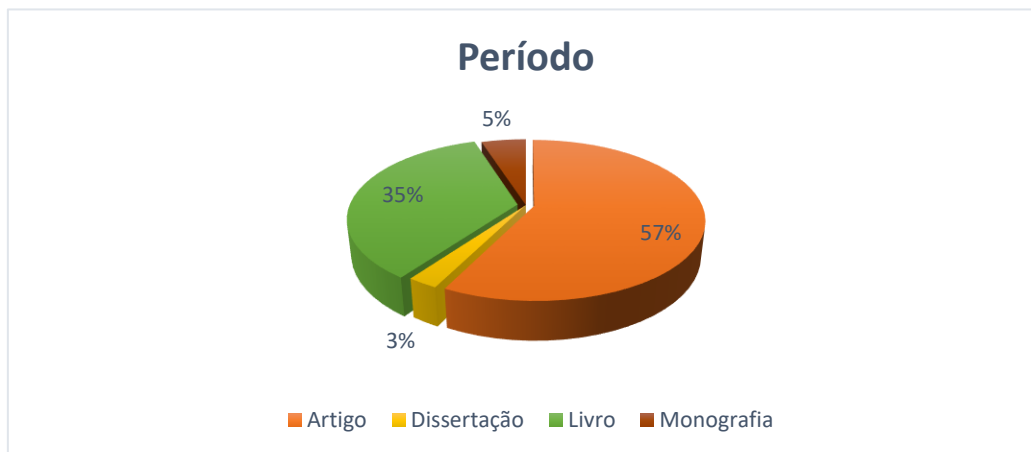
obra. Essas publicações especificadas no quadro acima, foram sintetizados pelo tipo de periódicos e pelo período de publicação como mostra nos gráficos 2 e 3 abaixo:

Gráfico 2 - Classificação das obras quanto ao tipo de publicação



Fonte: autoria própria, 2022.

Gráfico 3 - Classificação pelo período de publicação



Fonte: autoria própria, 2022.

Nota-se que a relevância maior em um determinado tipo de publicação, são os artigos seguido dos livros, considera-se que esse tipo de publicação traz mais assuntos atuais, abordagens acerca do tema, tem facilidade de se encontrar em formato digital e também prima pela concisão dos dados apresentados. A classificação dos periódicos selecionou os estudos publicados entre os anos de 2000 a diante, como discutido na seção 3.3 (critérios de inclusão e exclusão das obras). Assim sendo, a análise de dados e os

resultados que pretendem ser alcançados estarão descritos na seção 4.2, juntamente com os pontos chaves notadas durante toda descrição da pesquisa.

4.2 O PAPEL DO DOCENTE FRENTE AS TECNOLOGIAS COMO PRINCÍPIO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANALISANDO OS DADOS

A partir do levantamento bibliográfico efetuado podemos afirmar que o uso das TIC's como princípio didático em sala de aula, principalmente em escolas com poucos recursos e sem profissionais formados é um dos desafios ainda a ser vencido. Vimos também que poucos são os investimentos e o interesse nesse campo.

Por outro lado, percebemos a relevância que os uso das tecnologias podem ter no âmbito escolar. De modo geral, não podemos negar que elas se relacionam ao nosso cotidiano de uma forma eficaz.

Fundamentando em análises sobre as TIC's e o alcance de conhecimentos, reconheço que é necessário que os jovens e adultos tenham acesso a esse novo paradigma educativo, para poderem participar de forma mais autônoma e ativa na sociedade em que estão inseridos/as. Entretanto, as TIC's ainda não chegam a todas as pessoas. Esse contexto ainda provoca exclusão digital, devido à falta de infraestrutura e o custo de acesso.

Cabe citar, que a alfabetização digital de jovens e adultos, não se limita somente da relação de exclusão digital de pessoas analfabetas, mas também da exclusão de pessoas alfabetizadas. Para os que sabem ler e escrever, é mais viável e atrativo o uso das TIC's, enquanto, para as pessoas analfabetas, a passagem pelo processo educacional vislumbra sua inclusão lenta ao mundo digital.

Em suma, incluir as TIC's nos processos educativos de pessoas jovens e adultas, pode acarretar novas modalidades de ensino e também novas estratégias pedagógicas, porém, não quer dizer que elas sozinhas vão efetivar todo o processo educacional. A comunidade escolar precisa dispor de habilidades que caminham juntos com essa nova ciência, envolvendo políticas públicas, governantes e sociedade.

A partir de dados que chamaram atenção na pesquisa pelo constante discurso sobre, considere fomentar e opinar alguns pontos chaves como: a formação inicial e continuada de professores, o material didático digital, a diversidade e o processo de inclusão.

A formação inicial e continuada do professor para o uso das tecnologias digitais, é um critério que precisa ser redimensionado a atender as demandas atuais. Esse redimensionamento tem que ser captado quanto a reavaliação do papel dos docentes e conseqüentemente, pela formação dos futuros professores. Os cursos superiores de licenciatura precisam preparar os docentes para o uso com as tecnologias digitais, de modo que apoiem o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno requerida no processo de ensino aprendizagem. Certamente essa é uma tarefa de ação política de formação inicial e também continuada dos docentes. No entanto, se atendido essa prerrogativa, as potencialidades, as individualidades de cada aluno, pode estimular o desenvolvimento autônomo numa perspectiva de apropriação e produção do próprio saber. Essa nova forma de mediar, só será possível se na sua prática educativa o professor experienciar essa possibilidade metodológica, sem deixar de considerar o envolvimento da disciplina, o uso ativo e crítico das Tic's , além de relacionar professor-aluno, aluno-tecnologia e professor-tecnologia.

Assim, para efetivar o processo de ensino-aprendizagem, a formação inicial necessita também de um Projeto Político Pedagógico – PPP que contemple as tecnologias digitais em dispor de habilidades e competências quanto ao seu uso, e não de questões operacionais e instrucionais, para que assim, ajudem também na formação cultural de seus indivíduos.

Em discussões de formações continuada em Tic's, o profissional da educação precisa alcançar um ambiente inovador e de qualidade aos seus educandos. Logo se apropriando da didática pelas tecnologias, ocorre na ação docente, a formação reflexiva, crítica sobre esta ação, estando em condições de propor mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

Pontuando sobre as tecnologias digitais como princípio didático, queremos dizer o quanto existe uma variedade de matérias didáticos de forma digital para fins educacionais, entre os quais, documentos de textos, apresentação de slides, fotografias, ilustrações, áudios são utilizados para compreensão de um determinado conteúdo. Com os avanços, e o desenvolvimento da Internet, é notório que outros recursos foram incorporados no contexto educacional como *Websites*, *blogs*, os tabletes, smartphones e mais recente, as redes sociais.

Nesses espaços, são disponibilizados materiais para leitura, propostas de atividade, projetos, relatos de pesquisa, aplicações de apresentações entre outros, em que o professor se torna informador, mediador e coordenador da aprendizagem. Cabe salientar, que para os alunos da EJA, ou até mesmo outra modalidade, a internet é uma das maiores invenções de todos os tempos, que facilita tudo, desde a questão de estudo até a comunicação. O que subjaz nesse embate, é que a obrigação de mudança do papel do docente é de certa forma, influenciada pelos alunos, que admite enxergar o educador justamente pelo posto que tem, “orientador de estudo”. Então esse tipo de apoio educacional na EJA, permite promover mais autonomia ao docente seja na produção, utilização do material didático ou então na incorporação desses recursos para as ações de aprendizagem

Como explicito a cima, o profissional da educação precisa conhecer e respeitar as diversidades e relações, que por excelência se acomoda a alunos da EJA. Geralmente trata-se de pessoas que moram em cidades ribeirinhas, na zona rural, quilombolas, cidades do interior, periferias, ou ainda pessoas privadas de liberdade. Pessoas que muitas vezes são consideradas por analfabetos funcionais, ou seja, sabe ler, escrever, desistiu dos estudos e conta basicamente o modelo tradicional de ensino, ou não leem de forma alguma, muito deles, pessoas que não estudaram para trabalhar. Tratando de uma sala de aula multiseriada, há de se ter conflitos de gerações, pois são idades diferentes, pessoas diferentes e atitudes diferentes. O profissional da EJA tem que saber manobrar essas características dos alunos, e se inspirar na sua pratica pedagógica, por que dependendo do seu perfil, possa contribuir ainda para evasão escolar.

Esses alunos chegam a escola com um saber próprio, culminado pelas suas vivencias nas relações sociais ou como mecanismo de sobrevivência. E esse contexto deve ser o elo entre o saber constituído e o que a escola pode oferecer evitando o fracasso. Assim a EJA, tem que assumir esse elo como princípio norteador para o mundo considerando duas vertentes: o questionamento e a instrumentalização, em busca de desenvolver o domínio de um conhecimento crítico para questionar e mudar a realidade em busca da inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo se limitou a pensar a educação apenas para combater o analfabetismo, investindo somente na educação das crianças, negando aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal em tempo regular, o acesso a seu direito.

Entendemos que a aquisição de autonomia para o aluno, é uma responsabilidade social. A contribuição da escola, neste caso da EJA, se dá em proporcionar o estudante orientações para garantir sua autonomia e se torne capaz de realizar atividades do dia a dia com auxílio da tecnologia, pois com a informação e as novas linguagens digitais favorece novos propósitos educacionais desafiadores. Com os estudos de diferentes autores, identificamos que as Tic's na educação abrangem novos conhecimentos, oportunizando várias alternativas de conduzir o ensino, que se bem conduzidas, proporcionam assistência no desenvolvimento do estudante dentro da sala de aula e do educador em seus planejamentos e ações.

A inserção dos aparatos tecnológicos no processo de educação de jovens e adultos, não deve se desenvolver na perspectiva de uma educação tecnicista e obsoleta. Esses recursos devem estar a serviço da construção de um conhecimento autônomo e criativo. O uso das tecnologias na modalidade de ensino EJA, nos faz perceber que os desafios são amplos e ainda difíceis, porém podemos ter uma pequena noção dos efeitos das tecnologias como já começamos a sentir nas escolas, especialmente quando se fala em alfabetização digital de professores e alunos.

Pensamos também sobre o processo histórico da EJA que por tratar de uma modalidade específica, foi rodeada de momentos relevantes ao longo de um período acometido por transformações refletidas na conjuntura sócio-político e cultural do Brasil. É importante ressaltar que esta pesquisa não teve a intenção de esgotar todos os assuntos em questão, apenas partir para novos ciclos e pesquisas sobre a utilização das TIC's no ensino da EJA, uma vez que, a muito que se desenvolver nessa área. Observamos que algumas ações educativas como associar as mudanças no âmbito escolar e no aprendizado em virtude do mercado de trabalho; do direito de ter vez e voz beneficiam os educandos em busca de objetivos maiores.

Por fim, analisamos que é possível haver educação de pessoas jovens e adultas a partir da inserção das tecnologias em sala de aulas desde que respeitando suas personalidades e seus princípios e que as habilidades para esse processo precisam ser revistas sempre em buscas de melhoras e adaptação do seu público. Sugerimos que continuemos em busca de respostas, na perspectiva de mudanças na sala de aula num modelo reprodutor da educação bancária, voltado para reflexão, vivências significativas, modificar

urgentemente as metodologias de ensino e que incentive a imaginação criativa, favoreça a iniciativa, a espontaneidade, o questionamento, a cooperação, o diálogo, o compartilhamento, a solidariedade e que exerça efetivamente a cidadania

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luiza Beth N.; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislaine Pereira. **Inclusão digital e inclusão social**: contribuições teóricas e metodológicas. Barbaroi. Santa Cruz do Sul, n. 32. Jan/jul. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1289/1092>. Acesso em: 06 de dez. De 2021

AMPARO, Matheus Augusto Mendes; FURLANETTI, Maria Peregrina de Fatima Rotta. **Inclusão digital na educação de jovens e adultos**: dificuldades e desafios. In.: III Congresso internacional de educação ISAPG, 2011, Ponta Grossa. **Anais Eletrônicos**. Ponta Grossa: ISAPG, 2011, p. 1 - 14. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/Matheus1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna.1996.

ARAÚJO, Claudia Helena dos Santos; OLIVEIRA, Natalia Carvalhaes. Educação e tecnologias: intensificação da inclusão excludente em tempos de pandemia. **Revista Plurais**, v. 10, n. 2, p. 136-153, Mai/ ago. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/11242/8219>. Acesso em: 23 nov. 2021

ARAÚJO, Elaine V.F.; VILAÇA, Márcio Luiz C. Sociedade conectada: tecnologia, cidadania e infoinclusão. In: _____. (Org.). **Tecnologia, sociedade e educação na era digital**. Duque de Caxias, RJ: UNIGRANRIO, 2016. p. 17-40.

ARREDE. Gargalo na Conexão. São Paulo: **Momento Editorial**, ano 1, n.7, p.17, out. 2005.

ARROYO, M. A educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão. In: Alfabetização e Cidadania, São Paulo: **RAAB**, n.11, p.9-20, abr. 2001.

ARROYO. M.A. **Construção Coletiva**: contribuição à educação de jovens e adultos. Brasília, MEC/UNESCO, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13529:colecacao-educacaopara-todos. Acesso em: 29/11/2021.

ARROYO, M.A. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significados. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out/dez. 2010.

AUN, Marta Pinheiro (Coord.). **Observatório da Inclusão Digital:** Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2007.

AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes:** as transformações do processo de construção de políticas de informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBCT/ECO - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BEZ, M. R.; PASQUALOTTI, P. R.; PASSERINO, L. M. Perfil Tecnológico da Terceira Idade na FEEVALE. In: UFRGS - XVIII Salão de Iniciação Científica, 2006, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/69120>. Acesso em: 17 out. 2021

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. **Pedagogia em foco**, Vitória 1993, Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 06/07/2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CABEDA, M. Inclusão digital e educação on-line em prol da cidadania: pontos para reflexão, **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 3, n. 8, p. 1-8, maio, 2008. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/161/43>. Acesso e: 23 nov.2021

CAR, Nicholas. **A geração superficial:** o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

COELHO, Livia Andrade. **As relações dos alunos da EJA com as tecnologias digitais:** implicações e possibilidade na vida de cada um. Dissertação (mestrado em educação) - Faculdade de educação – FAGED, Universidade federal da Bahia- UFBA, Salvador, p. 138, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9254>. Acesso em: 06 de dez. 2021

COLLELO, S.M.G. **Alfabetização ou alfabetização digital.** FEUSP: São Paulo 2016

COMPARTILHAR. In.: DICIO, **Dicionário Online de Português.** Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/compartilhar/>. Acesso em: 06 dez. 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COQUEIJO, Maria Dilma de Oliveira Silva. **Alfabetismo tecnológico na educação de jovens e adultos**. Joao Pessoa, 2014, 34.f. (Monografia) Curso de especialização fundamentos da educação: praticas pedagógicas interdisciplinares, Universidade estadual da Paraíba, Joao Pessoa –PB, 2014

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em 07 jun. 2016

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.

DEMO, P. **Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível**. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2007.

GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. **EJA, diversidade e inclusão: reflexões (im) pertinentes**. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. Educação e Diversidade Étnico-cultural. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; NASCIMENTO, Gracinete Maria (orgs). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 70-76. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002114.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2021

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil – População Educação** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,\(11%20milh%C3%B5es%20de%20analfabetos\)..](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,(11%20milh%C3%B5es%20de%20analfabetos)..)

KACHAR, V. **A terceira idade e o computador: interação e transformações significativas**. A Terceira Idade, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 5-21, abr. 2000. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/548_A+TERCEIRA+IDADE+E+O+COMPUTADOR+INTERACAO+E+TRANSFORMACOES+SIGNIFICATIVAS. Acesso em: 25 out, 2021.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, T.F; ALBUQUERQUE, E.B.C; MORAIS, A.G. (org.). **Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

MAGALHÃES, Ricardo Jordão. **Não importa sua idade, o que interessa e a sua vontade**. Blog do Bizrevolution. 11 de jun. .2016. Disponível em: <https://bizrevolutionblog.typepad.com/bizrevolution/2016/06/n%C3%A3o-importa-a-sua-idade-o-que-interessa-%C3%A9-a-sua-vontade-.html>. Acesso em: 04 de mar. 2022

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete SocInfo (Programa Sociedade da Informação). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/socinfo-programa-sociedade-da-informacao/>>. Acesso em 06 dez. 2021.

MENEZES, Ebenezer Takuno. **Cultura digital e pedagogia universitária**. EducaBrasil, 2014. Disponível em: educabrasil.com.br/cultura-digital-e-pedagogia-universitaria/. Acesso em: 17 de Jan de 2022

MINAYO, Maria.C.S., DESLANDES, S.F. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 108

NASCIMENTO, Júlio Mateus de M.; COSTA, Roberta D. A.; ALMEIDA, Caroline M, M. Inclusão digital e a Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma breve revisão bibliográfica. In: **EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação**, 2015, Curitiba. Anais do XII Congresso Nacional ... PUCPR, 2015.

NASCIMENTO, Sandra Mara. **Educação de jovens e adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino), Especialização em educação: métodos e técnicas de ensino- Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paranavaí, 2013.

NUNES, Rizzato. A tecnologia na sociedade capitalista atual e as promessas não cumpridas. **Migalhas**. São Paulo, 05 mar. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/abc-do-cdc/321229/a-tecnologia-na-sociedade-capitalista-atual-e-as-promessas-nao-cumpridas> Acesso em: 23 de nov. De 2021.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973

PASSERO, Guilherme; ENGSTER, Nélia E. W.; DAZZI, Rudimar L. S. Uma revisão sobre o uso das tics na educação da geração. **Revista Novas Tecnologias da Educação – RENOTE**. CINTED – UFRGS, v. 14 N 2, Dezembro, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/70652/40081>. Acesso em: 22 de fev. de 2022

PASSOS, Janduhy Camilo; ABREU, Marco Aurélio Afonso. A Inclusão Digital como Mecanismo de Inclusão Social: um olhar sobre os resultados de alguns Projetos Sociais. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD. 2011, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: Encontro da ANPAD, 2011. Disponível em: <https://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI1044>. Acesso em: 18 out. 2021.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Observatório da Inclusão Digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Salvador, **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Outubro, 2007. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper55.pdf>>. Acesso em 19 de jan. de 2022.

PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. **Inclusão digital: um caminho para inclusão social.**, Brasília, v.43 n.2, p.298-309, mai/ago, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54169>. Acesso em: 23 de nov. De 2021

RAMAL, Andrea Cecilia , a Educação com Tecnologias Digitais: Uma Revolução Epistemológica em Mãos do desenho instrucional. IN **Educação Online - Teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. Marco Silva (org.). São Paulo: Loyola, 2002.

SALES, M. B. **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da web para usuários idosos**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83089/185694.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 dez. 2021

SALGADO, Edmée Nunes; BARBOSA, Paulo Corrêa. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003

SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. **Cultura Digital.br**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2010.

SILVA, Helena P., JAMBEIRO, Othon. Inclusão digital, acertos e desacertos: análise de programas e práticas em Salvador, Ba. In: AUN, M. P. (Coord.) **Observatório da Inclusão Digital**: Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de inclusão. Belo Horizonte: Orion. p. 10-30, 2007.B

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil**: articular, socializar e intervir. Revistas da Eja, n.17, p. 25-35, maio, 2004.

TAKAHASHI, T. (Org.), **A sociedade da informação no Brasil Livro verde**.15. ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010, p. 330 – 333

VALENTE, J. A. Uso da internet em sala de aula. In: **Educar em Revista**, s/v, n. 19, Curitiba, PR, 2002.p. 131-146.

VILLAR, Joelma C.; ANJOS, Isa Regina S. **Currículo e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos**. Revista espaço do currículo, v.7, n.1, p.86-96, janeiro a abril de 2014

WEST, Mark; VOSLOO, Steven. **UNESCO diretrizes políticas para o aprendizado móvel**. Paris: UNESCO. v. 21, 2013.

WOESSMANN, Ludger; FUCHS, Thomas. **Computadores e aprendizagem de alunos**: Bivariar e multivariar evidências sobre a disponibilidade e uso de computadores em casa e na escola (tradução). 2004. Disponível em:
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=619101#references-widjet. Acesso em: 23 fev. 2022